

Os desafios da Defesa Comercial sob a perspectiva do setor privado

Domingos Mosca

Consultor – Defesa Comercial

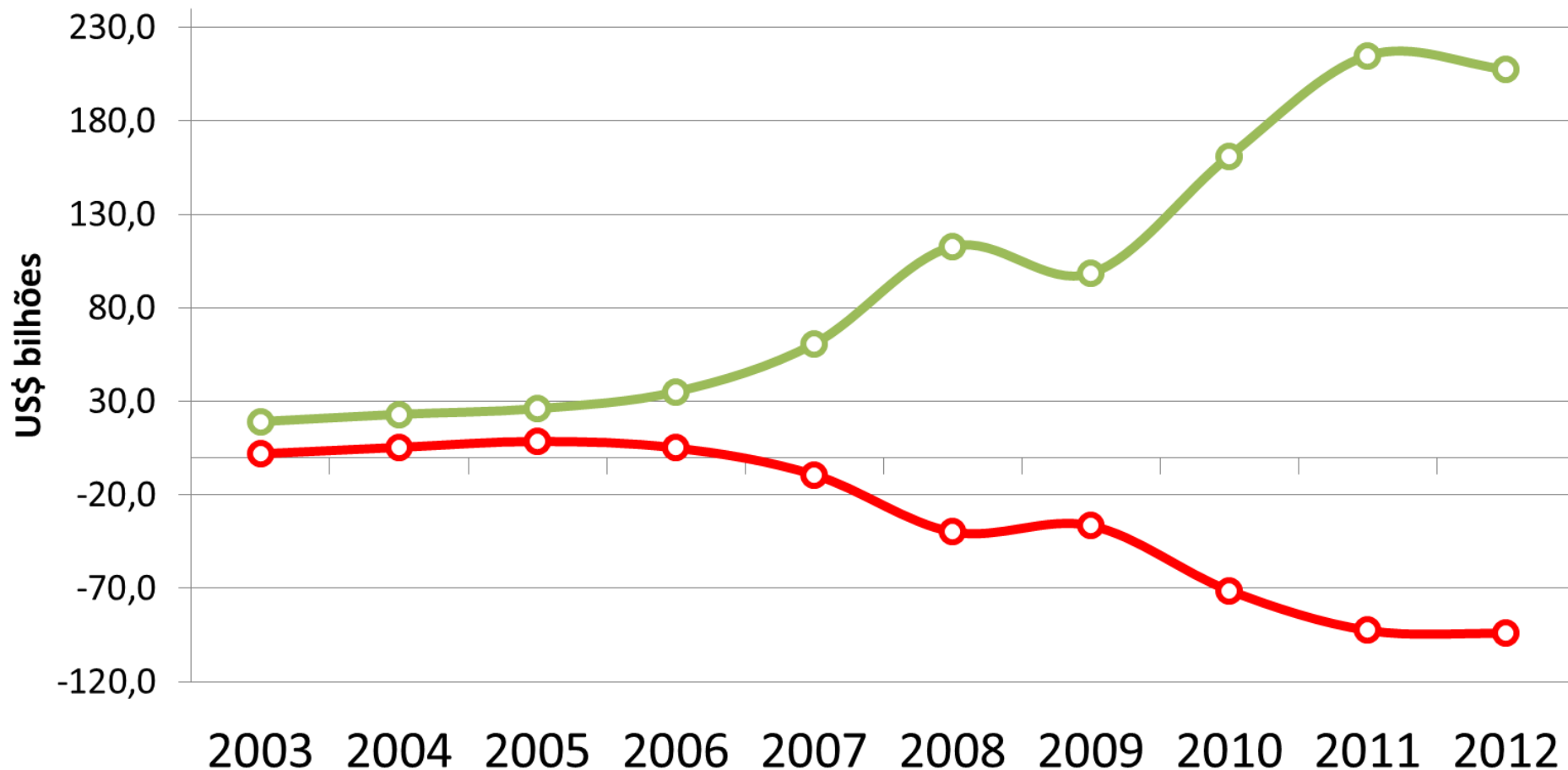
Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior

Sumário

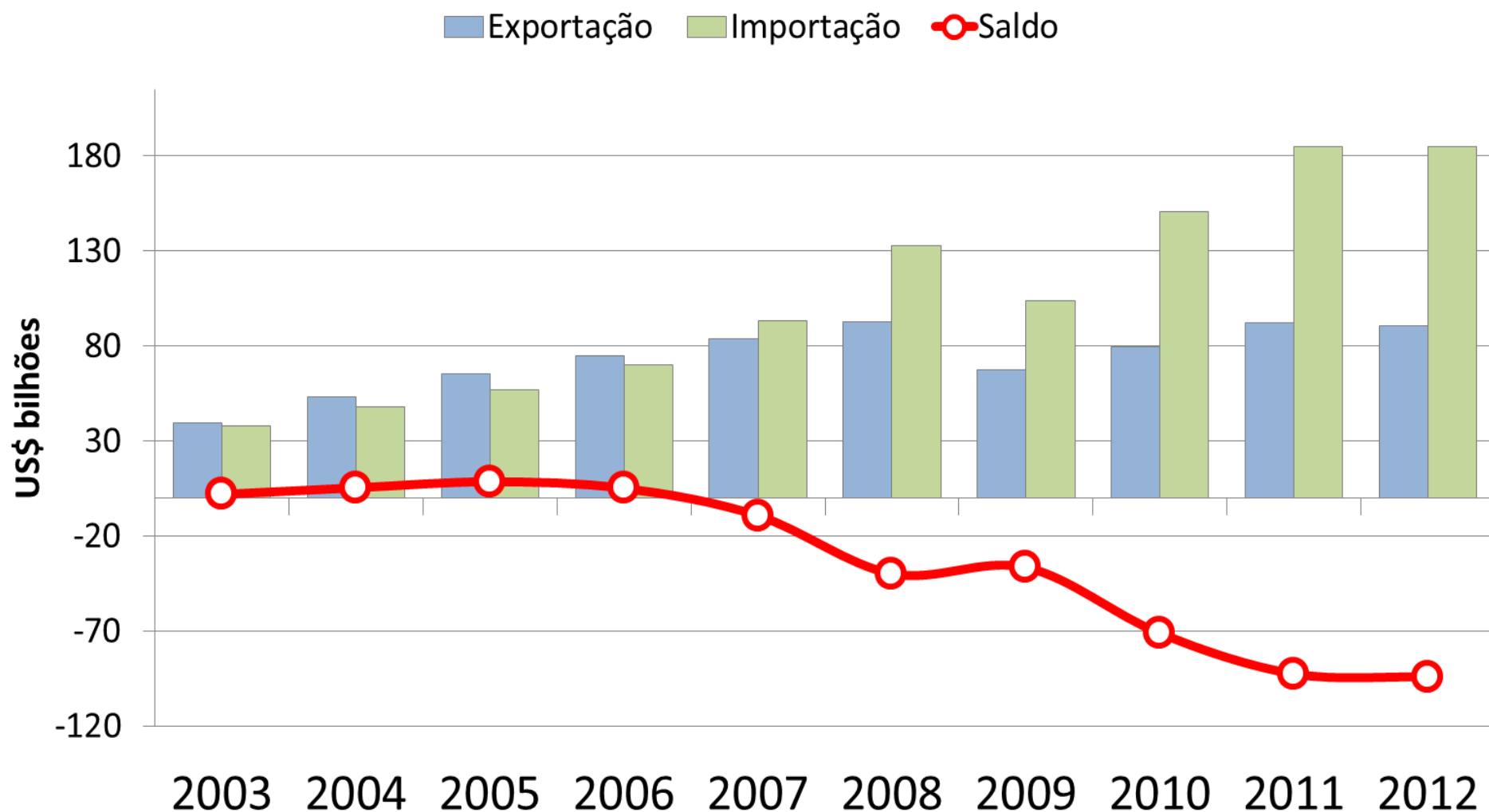
1. O comércio internacional e o Brasil: panorama
2. O Poder Executivo e a Defesa Comercial
3. Exemplos práticos: subfaturamento e irregularidades na importação
4. Natureza jurídica do direito Antidumping
5. Análises pelo Poder Judiciário
6. O papel do Poder Judiciário na Defesa Comercial

Saldo comercial por categorias

Manufaturados Básicos



Balança comercial de manufaturados



1. O Poder Executivo e a Defesa Comercial



2. Exemplos práticos: subfaturamento e irregularidades

- **Subfaturamento: documentos de importação com preços inferiores aos efetivamente praticados, muitas vezes abaixo do custo de produção**
- **Valoração aduaneira: procedimento visando estabelecer a real base de cálculo dos tributos devidos na importação**
- **Entendimentos jurisprudenciais diferentes sobre a aplicabilidade da pena (perdimento ou aplicabilidade de multas e diferenças de tributos) = imprevisibilidade jurídica**
- **“suspeitas” que pesavam contra a apelante apenas serviram para corroborar a necessidade de se **efetuar uma fiscalização mais acurada das importações por ela realizadas**, mas não foram elas (meras suspeitas) que motivaram a imposição da pena máxima. **Esta foi imposta em razão da efetiva constatação, por parte da fiscalização aduaneira, de subfaturamento e de fraude nos documentos que instruíram o despacho aduaneiro.**” (TRF-3 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA nº 5802/2009)**

3. O direito Antidumping: natureza jurídica

- **Penalidades que não possuem natureza tributária:** pagamento de uma penalidade em decorrência de uma prática ilegal, sem finalidade arrecadatória

“Os direitos antidumping e os direitos compensatórios serão cobrados independentemente de quaisquer obrigações de natureza tributária relativas à importação dos produtos afetados” (Lei 9019/95, parágrafo único)

- Objetivo da medida: compensar o dano decorrente do dumping
- “Não cabe ao Poder Judiciário substituir a Administração quanto aos critérios técnicos de apuração da prática do dumping, **a não ser que patenteada ilegalidade, falta de publicidade, imoralidade ou desproporcionalidade na motivação constante do procedimento administrativo** de apuração (TRF3 Agravo de Instrumento-008/03.00.043632-7)
- “Não se trata, dessa forma, de critério de tributação, tampouco de tributo novo, como sustentado pela impetrante (...) **Trata-se de instrumento adequado para fixar a sobretarifa, objetivando a adequação do comércio nacional, diante de uma suposta prática desleal**” (TRF-3 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA – 45635/2007)

3. Análises pelo o Poder Judiciário

Multiplicação de mandados de segurança e pedidos de liminares:

Judiciário sobrecarregado e
imprevisibilidade jurídica

- “Não há qualquer garantia processual, direito subjetivo ou prerrogativa individual que possa impedir a alteração de medida administrativa *antidumping* , em busca de maior eficácia repressiva, se já detectada a prática abusiva” (Mandado de Segurança 2011/0084723-3)

4. O Papel do Poder Judiciário na Defesa Comercial

A eficácia das medidas depende do Judiciário

- Natureza técnica: os processos de defesa comercial são procedimentos administrativos.
- ***“O Poder Judiciário pode exercer o controle de legalidade quanto ao preenchimento dos requisitos formais e substanciais para a utilização deste instrumento”*** (Mandado de Segurança 14.857-DF, 12/5/2012. STJ, Resp.)
- ***“O Poder Judiciário não pode substituir a Secex, órgão administrativo especializado nas investigações relativas a dumping, cabendo-lhe apenas o controle da aplicação das normas procedimentais estabelecidas”***
(REsp 1105993 PR 2008/0261954-3, 04/02/2010)

Considerações finais

- ☐ Plano Brasil Maior: Intensificação da Defesa Comercial
- ☐ Novas regras de Defesa comercial (novo Decreto antidumping, Circulares SECEX, etc...) potencialmente ampliam a atuação do Poder Judiciário
- ☐ A eficácia das medidas de defesa comercial depende do Poder Judiciário
- ☐ Tentativas de manobras nas esferas comercial e judicial: importância de se assegurar eficácia das medidas evitando a multiplicação de liminares
- ☐ Importância da coordenação dos diferentes órgãos do Governo (SECEX, CAMEX, RFB e Poder Judiciário).

OBRIGADO!

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior DEREX
Av. Paulista, 1313 - 4º andar
São Paulo - SP - 01311-923

defesacomercial@fiesp.org.br